

As Guerras Futuras

L. P. Macedo Carvalho *

Resumo: A dificuldade de manutenção da paz com o fim da Guerra Fria, as realidades surgidas da monopolaridade, a natureza da guerra do futuro em função dos avanços tecnológicos e as novas ameaças não-militares surgidas são o objeto de apreciação deste artigo.¹

Palavras-chave: ONU, 11 de Setembro, automação e *High Tech*.

PANORAMA MUNDIAL E PERSPECTIVAS

Este início de milênio passará à História como a era do repúdio ao totalitarismo, do redescobrimiento da democracia, do ressurgimento do nacionalismo, da explosão da sociedade de massa, da globalização e dos grandes blocos econômicos, da ameaça de retorno à Guerra Fria, do despertar da China, da convulsão da África subsaariana, da iminência de um choque de civilizações entre Oriente e Ocidente, do surgimento dos homens-bomba, do agravamento da questão palestino-israelense, do anseio de superação da dependência exter-

na na Ibero-América, da hegemonia dos EUA e da perda de sua invulnerabilidade com os atentados do 11 de setembro. Com isso, esboça-se uma nova configuração geopolítica para o mapa-múndi.

A escalada da violência étnico-nacionalista, apoiada na simbiose do fundamentalismo religioso com o terrorismo internacional não respeita fronteiras. O fantasma do narcotráfico, com efeito sinérgico sobre o crime organizado, alimentado pela miséria e pela corrupção, surgiu no cenário mundial como novo fator de risco para a sociedade. A preponderância das economias de mercado e o fortalecimento dos centros de poder econômico nos levam a repensar o tradicional conceito de soberania.

A perda da importância estratégica dos países ibero-americanos frente à excentricidade geopolítica, exceto na área do

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB e membro do IHGB.

1 Palestra realizada em 23 de dezembro, no painel *A Problemática das Forças Armadas no Século XXI*, na EsAO, ao ensejo do encerramento dos cursos deste estabelecimento de ensino do Exército.

Caribe, e resultante das suas disparidades históricas e da revolução tecnológica, obriga-os, conseqüentemente, a disputar um lugar ao sol – sem grandes esperanças – com os superblocos que detêm o poder econômico transnacional. Deste modo, o heterogêneo trem ibero-americano, carente de arrojo e de investimentos estrangeiros, permanece estacionado no pátio do subdesenvolvimento, à espera de uma locomotiva potente que o conduza ao terminal da modernidade. Enquanto isso, a Ibero-América – o Terceiro Mundo do Ocidente – continua importando bens de capital e tecnologia, exportando matérias-primas e produtos manufaturados por mão-de-obra barata, além de continuar sendo um vasto e atraente mercado consumidor. Na América Central e na América do Sul, os problemas fronteiriços e das Malvinas, não solucionados definitivamente, e os interesses multinacionais na Antártida constituem fatores de desagregação e desestabilização política latentes, sem mencionar o imenso perigo representado pelas guerrilhas colombianas, com conotação ou não ideológica. No Caribe já se escuta o canto do cisne do agonizante regime castrista, embora surpreenda que ainda encontre admiradores nas Américas.

Simultânea e paradoxalmente, se antevê o colapso ou a decadência do Estado-nação nas repúblicas ibero-americanas, com a formação de grandes pólos ou conglomerados regionais, continentais ou ex-

tracontinentais. Diversas nacionalidades ibero-americanas, na busca pela afirmação de sua identidade nacional e cultural, sinalizam incerteza e insegurança face à incapacidade e falta de vontade das organizações internacionais para resolver conflitos de interesse e desequilíbrios socioeconômicos. Tudo indica que o

Estado-nação é demasiadamente grande para diminuir questões menores e demasiado pequeno para solucionar as grandes.

Muita ênfase foi dada à cooperação econômica, mas pouca atenção tem sido dada à segurança coletiva das Américas. O

*O Tratado
Interamericano de
Assistência Recíproca
e a Carta da OEA
parecem relíquias
dos tempos da Segunda
Guerra Mundial
e da Guerra Fria.*

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Carta da OEA parecem relíquias dos tempos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Nada foi feito ou se cogitou quanto a alternativas para enfrentar os desafios e as ameaças de hoje à segurança hemisférica. Ao contrário, o modelo preconizado e exportado pelo “consenso de Washington” vem contribuindo intensamente para o desmantelamento das Forças Armadas abaixo do Rio Grande, diante do temor de ressurgimento do militarismo que predominou no período de intensificação de combate aos movimentos revolucionários, de cunho marxista-leninista, durante a Guerra Fria.

Exacerba-se e generaliza-se o antiameericanismo gerado pelo imperialismo e unilateralismo ianque e pelo processo de globalização, embora resulte, em grande parte, da incapacidade de muitos governos na-

cionais em assumir os erros de oligarquias ou ditaduras e de guerras mundiais fomentadas por ideologias totalitárias dominantes no século XX.

Hoje, atos de selvageria, como os recentes atentados terroristas por todo o mundo, afetam a todos em toda parte, o que faz do combate ao terror uma preocupação coletiva. O mundo sente-se impotente e despreparado para se antepor a essa nova modalidade de guerra.

PAZ FRIA

A alternância entre guerra e paz tem caracterizado a história do mundo. Cada geração vê na guerra a solução de seus conflitos sucessivos, alimentados pelo egoísmo e pela ânsia de poder do homem.

O princípio básico que norteou o convívio entre as nações por vinte séculos, raramente questionado, alicerçou-se no velho aforismo romano – *si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

O século XX ficou marcado pelo flagelo da violência. Diplomatas e políticos falharam em fazer uso da razão para diminuir as tensões causadoras das duas guerras mundiais: 75% de todas as mortes resultantes de guerra, desde a queda de Roma, verificaram-se nesse século – ou “o século curto e violento”, no dizer do historiador inglês Eric Hobsbawm.

O fim da Guerra Fria, de início, provocou uma onda de euforia com a suposição

de afastamento definitivo do grande risco de holocausto nuclear, restando apenas a possibilidade de ocorrência de limitados conflitos armados localizados ou regionais. Porém a realidade, nos três anos seguintes ao término formal da Guerra Fria, mostrou que o planeta foi sacudido por uma série de acontecimentos inesperados, tão graves como o próprio conflito Leste-Oeste: a Guerra do Golfo, os massacres da Somália e de Ruanda, a luta armada no Sudão, a retomada dos combates em Angola e Moçambique, a volta da guerrilha na Namíbia e em Serra Leoa, as carnificinas raciais e tribais no Congo e na África do Sul, as violações do cessar-fogo no Saara Oriental, os movimentos separatistas do Assam, Pundjab, Cachemira e Timor, a persistência de focos de tensão no Camboja, o prosseguimento do morticínio no Líbano, a guerra

civil no Afeganistão, a brutalização das hostilidades na Bósnia, na Croácia, no Kosovo e na Macedônia, o genocídio russo na Chechênia, a continuação dos conflitos entre a Índia e o Paquistão e em Chipre, entre turcos e cipriotas, a instabilidade

política em El Salvador e na Nicarágua, a crise do Haiti, as disputas fronteiriças entre Equador e Peru, a escalada da narcoguerrilha e fragmentação na Colômbia e atritos desta com a Venezuela; os confrontos de armênios e azerbaijanos, georgianos, abkhazianos e ossetianos, hutus e tuisis, curdos e turcos, tamis e sinhalezes, além de muitos outros. Para não falar nas ações ter-

*O século XX
ficou marcado pelo
flagelo da violência (...):
75% de todas as mortes
resultantes de guerra,
desde a queda de Roma,
verificaram-se
nesse século.*

roristas crescentes do ETA (Espanha) e do IRA (Irlanda), no infindável conflito árabe-israelense, nos atentados ao WTC e ao Pentágono, bem como nos recentes atos de terrorismo na Indonésia, no Paquistão, na Índia, nas Filipinas e na Rússia.

Na verdade, o mundo vive constantes ameaças de choques e desafios novos, herdados de eras passadas, tal como a perigosa dispersão dos sistemas de armas de destruição em massa – nucleares, biológicas e químicas.

As ameaças não-militares propriamente ditas, ou os chamados conflitos de baixa intensidade – causados pelo recrudescimento de ideologias e de nacionalismos xenófobos, pelo fundamentalismo religioso, pelo pacifismo, pelos movimentos reivindicatórios das minorias étnicas, pelo fluxo de correntes migratórias clandestinas, pelo terrorismo nacional e internacional, pelo crime organizado, pelas máfias, pelo contrabando de armas, pela aliança do narcotráfico com a guerrilha –, deixam seqüelas tais como caos socioeconômico, corrupção generalizada, intolerância racial, lavagem de dinheiro etc., que redundam no enfraquecimento de governos nacionais. Tais chagas sociais das mais requintadas patologias podem se transformar em graves situações localizadas ou regionais que venham a exigir intervenção internacional.

A comunidade internacional vem respondendo de formas diferentes a cada um dos desafios apresentados no cenário mundial, refletindo falta de uma estratégia con-

sistente para manter a paz após a Guerra Fria. Uma das razões é que os atuais conflitos diferem bastante daqueles para os quais as Forças Armadas foram tradicionalmente destinadas. Outra é que o mundo vive grandes transformações e os centros de poder mundiais ainda não lograram redefinir seu papel em termos explícitos, o que gera desconfiança entre os países mais fracos e subdesenvolvidos.

A insegurança do mundo de hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores. Inúmeros conflitos inter-

nos contemporâneos são legados do colonialismo, uma vez que os limites de cerca da metade dos novos Estados membros da ONU foram impostos arbitrariamente pelos colonizadores. Não causa surpresa, pois, que

movimentos separatistas e irredentistas hajam vindo à tona.

A era pós-Guerra Fria será conhecida por um espectro de violenta desagregação dos Estados, passível de levar países à guerra. A menos que a comunidade internacional defina e enfrente corajosamente as raízes dos conflitos surgidos pela violação dos direitos humanos, pelo desrespeito às identidades nacionais e à soberania dos Estados-nação, a violência não diminuirá no mundo como um todo, e a humanidade não se afastará do perigoso rumo que segue.

Embora, em geral, as guerras de grandes proporções aparentemente tenham sido afastadas do cenário mundial, não há garantia de que não ocorram. As estatísticas

*Caminhamos
para um
amanhã de
“guerra improvável,
paz impossível”.*

recentes sugerem que, no futuro, se assistam à eclosão de vários conflitos limitados de grandes proporções e conseqüências imprevisíveis. Como afirmou Raymond Aron, caminhamos para um amanhã de “guerra improvável, paz impossível”.

Muito se tem falado em desarmamento e admite-se mesmo que alguns progressos se fizeram neste campo, mas prossegue o desenvolvimento e a produção de modernos sistemas de armas, particularmente nos países industrializados do hemisfério Norte. Bilhões de dólares continuam a ser gastos na comercialização de armas do Primeiro Mundo para o Terceiro. Tem se limitado o emprego, mas não a produção de armas. À exceção da Convenção de Proscrição de Armas Químicas, firmada em 1993, que prescreve a demolição de instalações de produção, nenhum dos tratados existentes (TNP, TAPT, MTCR, COCOM, NSG etc.) estipula o desmantelamento ou conversão de fábricas de armamento para outros fins. A “Nova Ordem Internacional” insinua a manutenção do *apartheid* militar global, pregando o desarmamento e a redução das Forças Armadas dos Estados não integrantes do poderoso bloco do G7 (Alemanha, França, EUA, Canadá, Itália, Japão, Reino Unido) que, sob a pseudo-égide da ONU, asseguraria a “segurança coletiva”, com sérias ameaças ao conceito de soberania nacional dos demais.

Apesar da estabilização ou redução dos arsenais nucleares, os estoques existentes ainda contêm suficiente poder de aniquilação da vida sobre o planeta. Aliás, nenhuma das potências nucleares admite a eventual abolição do respectivo arsenal de

armas atômicas, o que não lhes dá autoridade para impedir outros países de dominarem o ciclo completo da desintegração do átomo, mesmo para fins pacíficos, fato que confere *status* político e militar em negociações diplomáticas. A embaixadora dos Estados Unidos, em recente entrevista publicada na imprensa brasileira, quando questionada por que o Brasil não recebia um tratamento similar ao dado pelo seu país à Índia e ao Paquistão, respondeu simplesmente “porque são países dotados de armas nucleares”.

Cresce e prolifera, ainda, o estoque de armas convencionais em todo o planeta, provocando instabilidade. A Europa permanece sendo a região mais militarizada, em contraste com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde os conflitos insolúveis alimentam corridas armamentistas com 60% de material bélico proveniente do G7 – o que configura incoerência com a anunciada política de desarmamento.

A imagem dos boinas-azuis das Nações Unidas desempenhando o papel de *gendarmes* e/ou bombeiros do mundo é discutível. As decisões da Assembléia Geral, dominada pelo voto de inúmeros países inexpressivos e recém-criados, são questionadas pelas grandes potências mundiais; da mesma forma, o poder de veto dos grandes que integram o Conselho de Segurança levanta suspeitas entre os Estados de menor porte. Ademais, a inexistência de um orçamento permanente para operações de paz na ONU combinada com a crescente dívida ou atraso no pagamento das cotas de numerosos Estados-membros exacerba a questão. Complican-

do o problema, o Artigo 2 da Carta das Nações Unidas não autoriza intervenção em assuntos exclusivamente da jurisdição interna de cada Estado. É cada vez mais difícil distinguir conflitos internos de internacionais e prever repercussões além-fronteiras. O conceito de autodeterminação colide com o de ação humanitária. A aplicação do Direito Internacional, ainda quando diante de graves violações aos direitos humanos, não justifica intervenção estrangeira em assuntos internos de cada país. Assim, o conceito de soberania, apesar de nunca ter sido expresso de forma absoluta, torna-se mais importante em termos de direitos e responsabilidades dos Estados. Não surpreende, pois, que alegadas intervenções externas em Estados fracos não tenham aceitação universal. No futuro, tais práticas dificilmente serão justificáveis.

A manutenção da paz reclama que, antes de tudo, se faça a paz, uma vez que os centros de poder mundiais só resolvem as questões de seus interesses, confirmando a velha assertiva de La Fontaine de que a "razão do mais forte é sempre a melhor". Os dias de amadorismo terminaram. Diplomatas e políticos têm sido irrealistas. A autoridade e a credibilidade da ONU estarão comprometidas caso a solução dos conflitos internacionais continue sendo tratada dentro dos estreitos interesses econômicos e políticos das potências mundiais ou de corporações transnacionais, em detrimento

*A aplicação do
Direito Internacional,
ainda quando diante
de graves violações
aos direitos humanos,
não justifica
intervenção estrangeira
em assuntos internos
da cada país.*

dos princípios universais de respeito à dignidade humana. Essas suspeitas se fundamentam nas decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que justifica intervenções internacionais ou silencia segundo conveniências do momento.

Seria ilusório esperar-se, das Nações Unidas, capacidade de impedir que todos os eventuais conflitos limitados ganhem dimensões violentas e de grandes proporções.

Somente a dissuasão, mediante o emprego efetivo da força quando se faça necessário, garantirá o direito da humanidade de viver em paz e em liberdade.

A década de 1990 ficou marcada pela globalização econômica e pela erosão da governabilidade mundial. A defasagem econômica e política gerada pela globalização atingiu um ponto de inflexão com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. A economia dirigiu as relações internacionais no trato do fenômeno multidimensional da globalização (econômica, política, militar, ecológica, científico-tecnológica, social e cultural), porém deverá ceder lugar, nos próximos anos, às questões de segurança e governabilidade.

Torna-se patente a necessidade de uma poderosa coalizão da maioria dos países para manter a paz e evitar um choque entre civilizações, preservando seus valores e dogmas bem sedimentados.

Apesar de meros espectadores da História e de ainda ser cedo para traçar ce-

nários futuros, pode-se antever mudanças nas doutrinas de segurança vigentes. Primeiramente, deverão ser desarquivadas medidas de defesa interna, com prioridade para as operações de informações ou inteligência, como modernamente são denominadas. Em segundo plano, intensificar-se-ão as operações de paz centradas em *peace and law enforcement*, destinadas a combater os ilícitos internacionais. As operações militares convencionais ou não virão em terceiro lugar.

As preocupações de fundo basicamente econômico, como a ALCA, serão provavelmente repensadas e negociadas, à medida que se consolide a coalizão ou alianças, objetivando uma política mais equilibrada de integração de fatores econômicos, políticos e militares.

A segurança global prevalecerá sobre os mercados, baseando-se no poder real dos países, expressos em termos de valor da economia, avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, efetivo populacional, recursos naturais disponíveis, eficácia e instabilidade governamental, capacidade das forças armadas e de projeção de poder.

Os EUA continuarão a exercer a hegemonia do mundo. Secundando a potência central, estarão a União Européia, Japão, Rússia, China e Índia.

Haverá menos espaço para atitudes ambíguas da parte dos governos dos Estados. A nova situação implicará reposicionamento das forças antiglobalizantes e revisão de atitudes ideológicas inspiradas em regimes que ruíram com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Na eventualidade de não se impedir o “choque de civilizações” entre o Ocidente e o Oriente, configura-se como mais provável o retorno a um quadro de Guerra Fria prolongada.

A História ensina que a vitória ou a derrota depende do apoio dado pelos povos e a mídia às Forças Armadas e ao Governo.

O homem enfrenta um dilema permanente: confiar no poder das forças armadas ou legitimar o uso da violência com fins político-econômicos.

“Não guardamos a visão do mundo sem guerra e isto inevitavelmente exige um sistema alternativo para enfrentar os conflitos”, declarou Adlai Stevenson há mais de trinta anos.

GUERRAS FUTURAS

Se até 11 de setembro de 2001 afigurava-se difícil um exercício de futurologia para se esboçar o cenário da guerra do futuro, mais do que nunca se mostra perigoso especular a respeito de como será travado o conflito de amanhã. A verdade é que essa guerra será como nenhuma outra já anteriormente ocorrida.

Uma hipótese é o mundo mergulhar numa guerra irregular moderna, mas que, à semelhança das precedentes, pode acabar em uma guerra convencional ou com o emprego de artefatos nucleares. Será uma guerra assimétrica, de contorno não-definido, sem inimigo identificado, duração não-estimada, sequer podendo ser denominada guerra.

Não será conduzida por uma grande aliança permanente, com o único propó-

sito de derrotar forças inimigas. Envolverá coalizões flutuantes de países que poderão se alterar e evoluir, segundo o dinâmico jogo de interesses. Os países desempenharão papéis diferentes e participarão de formas diferentes. Contribuirão de diversas maneiras, provendo segurança, informações, interrompendo o fluxo de dinheiro, vigiando fronteiras e sistemas de comunicações, cedendo e negando bases de apoio, fornecendo auxílio financeiro e logístico, exercendo pressão econômica e/ou política, realizando ações diplomáticas e, finalmente, empregando as Forças Armadas.

Esta guerra não exigirá, necessariamente, concentração de meios maciços contra alvos. A força militar será um dos múltiplos instrumentos usados. Ciência e tecnologia ocuparão lugar destacado no “campo de batalha do mundo”. Poderá incluir invasões do ciberespaço. Não haverá regras fixas nem a terminologia será a mesma das anteriores. Será um tipo de guerra diferente e envolverá civis e militares.

Fora desta hipótese, os conflitos de maior envergadura verificados entre nações subdesenvolvidas ou emergentes seriam evitados ou solucionados pelos países que detêm o poder global, utilizando como instrumento a ONU ou mediante sanções econômicas de organismos financeiros internacionais. Fracassadas as negociações diplomáticas ou pressões econômicas, empregar-se-ia uma força internacional sob a bandeira da ONU, com ou sem o beneplácito do Conselho de Segurança.

Os esperados avanços científico-tecnológicos, nas próximas décadas, trarão

significativo desenvolvimento no campo do material bélico, acarretando mudanças na natureza da guerra, com fortes reflexos na estrutura e no emprego das Forças Armadas.

Armas convencionais, desenvolvidas com base em modernos princípios tecnológicos e de grande precisão, devem substituir as nucleares de enorme poder destruidor similar, sem as suas perversas consequências devastadoras.

A linha demarcatória entre armas nucleares e convencionais desaparecerá.

Conflitos limitados e regionais, localizados, de duração imprevisível e de baixa intensidade deverão ser conduzidos por pequenos agrupamentos de armas combinadas, atuando independentemente e coordenados, dispersos, com mobilidade tática, maciço poder de fogo e de armas de maior letalidade e grande acurácia a longa distância. Avultarão engenhos *high tech* à base de microeletrônica, computadores miniaturizados, robôs, videofones ou *tank-cams* (transmissão ao vivo), comunicações por satélite, sensores das mais variadas espécies, meios digitalizados, munição eletromagnética e táticas flexíveis, adaptáveis a qualquer tipo de operação. O emprego de imensas formações blindadas e do carro-de-combate parece questionável. Devastadores ataques rápidos de aeronaves invisíveis e não-tripuladas serão realidade. Não haverá segurança tanto à retaguarda como à frente, assim como para o combatente e para a população. A guerra eletrônica, na disputa pelo domínio da quarta dimensão do combate – a eletromagnética – será incontestável. O campo de batalha do futuro

apresenta a tendência de uma configuração não-linear, de grande profundidade, fragmentada e com imensos vazios.

A palavra-chave que melhor define a guerra do futuro é automação. O computador dominará o campo de batalha; conseqüentemente, a vitória penderá para o contendor que dispuser de maiores e melhores meios informatizados, operados por especialistas altamente capacitados em processamento de dados, capazes de superar o comando e controle do oponente. O processamento de dados automático dispensará grandes efetivos militares, e exigirá, cada vez mais, pessoal bem treinado relativamente em menor número.

Estarão disponíveis novos tipos de armas portáteis individuais, automáticas, computadorizadas, de alta precisão, utilizando munição com grande capacidade de penetração, dotadas de componentes eletrônicos e equipamentos de detecção de alvos e pontaria que processam dados a velocidade incrível. Predominará o armamento convencional estratégico e ofensivo disparado do ar e do mar.

Ao que tudo indica, não haverá cenário para emprego de exércitos de massa, como nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. As operações combinadas, consagradas a partir dos desembarques do Dia-D na Normandia, atingirão o clímax em decorrência do crescimento do poder aeroespacial e naval. Talvez as forças terrestres passem a apoiar as ações devastadoras e rápidas do longo braço da Força Aérea e da Marinha, mediante projeção do poder de suas plataformas de combate. O combate aproximado, sustentado para destruição final do

inimigo, é inerente ao Exército e não há quem o substitua.

A coordenada vertical ganhará expressão. Deverão surgir *stealth* os mais variados e armas de avançadas tecnologias, inimagináveis, que façam uso de agentes bacteriológicos, infecciosos e químicos, e outras formas de energia aos tradicionais explosivos. Armas “inteligentes” suplantarão as convencionais e nucleares da atualidade, sem que estas últimas sejam relegadas a plano inferior em situações de desespero ou inferioridade de meios – o que provocará o ingresso no “clube atômico” de novos membros dotados de sistemas relativamente primitivos e limitado estoque.

Os mísseis serão cada vez mais significativos. Os helicópteros serão bastante empregados para reconhecimento, ataque e transporte.

O submarino e o navio-aeródromo serão da maior valia. Os bombardeios cirúrgicos substituirão os em massa.

Mas, sobretudo, vontade de lutar continuará a ser a arma indispensável a qualquer soldado.

A arte da guerra sofrerá imensas alterações.

As guerras do futuro não deverão implicar na necessidade de buscar a destruição total do poder de combate e do potencial econômico e político inimigo, isto é, na quebra da vontade de lutar pelo emprego maciço das forças terrestres e ocupação do território adversário. Por conseguinte, não se exigirá o emprego de considerável efetivo, como no passado, que sofria e impunha muitas baixas, nem a conquista e manutenção das posições inimigas.

Com ataques precisos a alvos previamente selecionados, conduzidos por armas estratégicas à distância, os números de baixas e danos operacionais ver-se-ão reduzidos, mas levarão à desintegração do sistema político pelas severas perdas infligidas às instalações industriais e de geração de energia, centros de comunicação, rede de transporte e à população, não distinguindo o soldado do cidadão.

Espera-se que a duração das operações seja bastante reduzida.

Os 3C – comando, controle e comunicações – serão atividades extremamente valorizadas.

A defesa aérea terá de ser reavaliada e modernizada para enfrentar os sistemas de armas de alta precisão não-tripulados e “invisíveis”, até mesmo aos olhos dos radares, sob quaisquer condições meteorológicas ou de visibilidade.

O espaço constituirá fator decisivo para as operações militares. As ações bélicas abrangerão todo o teatro de operações e a zona de interior, colocando a

população civil e áreas da retaguarda tão vulneráveis como as da frente. Tornar-se-á muito difícil o controle pela simples marcação de linhas e limites, o que confundirá as tênues delimitações entre a tática e a estratégia.

A maioria dos Estados não apresenta capacidade para acompanhar tal desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à arte da guerra, levando-os a aceitar a Nova Ordem imposta pelos grandes ou travar guerras curtas, limitadas ou regionais, empregando armamento convencional moderno ou antigos sistemas de armas nucleares e químicas, a fim de compensar o poder dos mais fortes.

Ainda por algum tempo, o mundo atônito assistirá a eclosão de hostilidades entre países emergentes, que porão em risco a paz mundial, mas os EUA continuarão a ser a única superpotência com poderio econômico e militar que lhes assegura hegemonia política.

“A relação entre os Estados é de poder”, asseverava Raymond Aron. 

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do Futuro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- ALEXANDER, John B. *Future War*. Nova York, EUA: St Martin's Press, 1999.
- CORDELLIER, Serge. *L'état du monde*. Paris: Éditions La Découverte, 2001.
- FORTUNA, Hernani Goulart. O Papel da Marinha no Limiar de um Novo Século. *Revista do Clube Naval*, ano 105, n. 290. Rio de Janeiro, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.
- RENNER, Michael. Critical Juncture: the future of peacekeeping. *Worldwatch Paper 114*. Washington, EUA: Worldwatch Institute, 1993.
- SLIPCHENKO, Vladimir I. Uma Análise Russa da Guerra de Sexta Geração. *A Defesa Nacional*, n. 763. Rio de Janeiro, 1994.